

ORÇAMENTO DO ESTADO

O “Orçamento possível” atira carga fiscal para nível recorde

Proposta do OE 2013 confirma nova dose de austeridade. Mais de 80% da redução do défice é feita do lado da receita, agravando riscos para a execução orçamental. Reposição dos subsídios faz a despesa subir e limita poupanças a apenas mil milhões

Ana Rita Faria

em grandes surpresas, mas também sem cedências, o Governo revelou ontem totalmente ao país o que queria dizer quando falou de um “enorme aumento de impostos”. Ao arpejo do que pedia a *troika*, mais de 80% do esforço de consolidação em 2013 será feito do lado da receita. Na despesa, com a reposição dos subsídios a funcionários públicos e pensionistas, corta-se pouco mais que mil milhões. E, também aqui, a redução do défice atinge directamente os bolsos dos portugueses.

Ao fim de dois anos de recessão, o Governo prepara-se para entrar em terreno novo: o Orçamento do Estado (OE) do próximo ano vai trazer um aumento generalizado de impostos – sobre os trabalhadores dependentes e independentes, as empresas, os automóveis, a propriedade, o tabaco, as transacções financeiras e o capital. Tudo somado, a carga fiscal vai atingir os 36,8% do produto interno bruto (PIB), o nível mais alto desde que a Comissão Europeia tem registo dos dados, ou seja, desde 1977 (ver *infografia*). Será, aliás, o maior aumento do peso dos impostos e das contribuições sociais dos últimos 21 anos.

Segundo a proposta do OE 2013, ontem entregue no Parlamento, de um pacote de austeridade avaliado em 5,3 mil milhões de euros, a receita contribuirá para 81% da redução do défice, que tem de descer dos 6% este ano (sem medidas extraordinárias) para 4,5%. O principal contributo virá dos impostos directos – sobretudo o IRS – onde a carga fiscal vai ultrapassar a barreira dos

10% pela primeira vez desde que há registo. São 2,8 mil milhões de euros que o Governo espera encaixar a mais só no IRS.

Vítor Gaspar reconheceu ontem que o aumento da carga fiscal no próximo ano é “muito significativo”, mas ressaltou que o OE de 2013 “não deixa de ser um orçamento mais justo”, visto que todos os rendimentos serão tributados, e de uma forma mais alargada e progressiva.

Além disso, fez questão de recordar o que levou o Governo a enveredar por este “enorme aumento de impostos”. É o “Orçamento possível”, na sequência do veto do Tribunal Constitucional ao corte dos subsídios dos funcionários públicos e pensionistas. “Não há qualquer margem de manobra”, admitiu Gaspar. E deixou um aviso: “Recusar este OE é recusar o programa de ajustamento e escolher uma via muito arriscada para Portugal.”

Despesa sobe

À factura fiscal recorde que os portugueses terão de pagar no próximo ano junta-se ainda o facto de o grosso dos cortes da despesa representarem, na realidade, mais sacrifícios para as famílias. Cerca de três quartos dos cortes de 2,7 mil milhões de euros na despesa atingem directamente os bolsos dos portugueses, visto que são feitos à custa ou da redução de efectivos e dos custos de pessoal na função pública, ou dos cortes nas prestações sociais (com destaque para o corte de 3,5% a 10% nas pensões).

A redução dos consumos intermédios (ou seja, das despesas de funcionamento das administrações públicas e dos encargos com as parcerias público-privadas) vai gerar apenas 389 milhões de euros. E os

cortes no investimento contribuem com apenas 251 milhões.

Além disso, com a devolução de um subsídio à função pública e o equivalente a 1,1 subsídios aos pensionistas, o Governo vê o seu esforço de consolidação do lado da despesa sair fortemente afectado. Do corte global de 2,7 mil milhões de euros nos gastos, o Estado tem de descontar 1,67 mil milhões para pagar aqueles subsídios.

Isto faz com que o esforço de redução da despesa seja de apenas mil milhões. E conduz ao aparente paradoxo: em 2013, a despesa das administrações públicas vai aumentar 3%, depois de ter recuado 10% este ano.

Esta repartição do esforço do ajustamento subverte completamente as recomendações da *troika* e o espírito do memorando de entendimento, que estipula que dois terços da redução do défice devem ser feitos à custa da redução dos gastos públicos. E gera dúvidas sobre a capacidade de o Governo cumprir as metas com que se comprometeu. Até à própria *troika*.

Espiral recessiva?

No relatório sobre a quinta avaliação do programa de ajustamento, Bruxelas avisa claramente o Governo de que há um forte risco de a recessão ser mais forte do que o esperado devido à decisão de focar a consolidação orçamental do lado da receita. E o próprio Governo sabe-o por experiência própria. Este ano, a recessão e o desemprego furaram todas as previsões de receitas fiscais e agravaram mais do que previsto o saldo da Segurança Social.

A contribuir para aquecer o debate, o Presidente da República divulgou este fim-de-semana uma

mensagem na sua página pessoal no Facebook onde deixava um aviso ao Governo, bem na véspera da entrega do OE: o objectivo do défice não deve ser cumprido “a todo o custo”.

As declarações de Cavaco Silva surgiram na sequência de comentários de altos responsáveis do FMI e de um estudo da própria instituição, que veio pôr em causa os próprios modelos usados pelo fundo para medir o impacto da austeridade na economia.

Questionado pelos jornalistas, Vítor Gaspar desvalorizou ontem estas questões e disse mesmo que o FMI apenas sugere um alívio do ritmo do ajustamento para países com margem de manobra orçamental, como a Alemanha ou a Suécia.

Reiterando não ver “nenhuma evidência de uma espiral recessiva” na economia, o ministro das Finanças reconheceu, contudo, que o objectivo do Governo é tentar “reequilibrar” a composição do ajustamento, fazendo com que a redução do défice seja feita mais à custa do corte na despesa.

Vítor Gaspar recordou que o Governo está a trabalhar num pacote de quatro mil milhões de cortes na despesa para 2013 e 2014, que deverá ser apresentado à *troika* na próxima avaliação, em Novembro. Mas não deu certezas de que estas poupanças adicionais possam vir a ser realizadas ainda em 2013, eventualmente aliviando a factura fiscal. Aliás, o mais provável é que estas medidas adicionais do lado da despesa venham a fazer parte do plano de contingência que a *troika* exigiu que o Governo tenha a postos em 2013. O objectivo? Prevenir eventuais “surpresas negativas” decorrentes, precisamente, dos estragos que este “enorme aumento de impostos” faça na economia.

Impostos pagam 80% da

Principais medidas do lado da receita
Em milhões de euros

Mexidas no IRS	
Agravamento do IRC	
Agravamento do IMI	
Aumentos de impostos sobre consumo*	
Aumento do imposto de selo	
Aumento das contribuições para CGA	
Outras	
* IUC e tabaco	

Governo mantém previsões para a economia

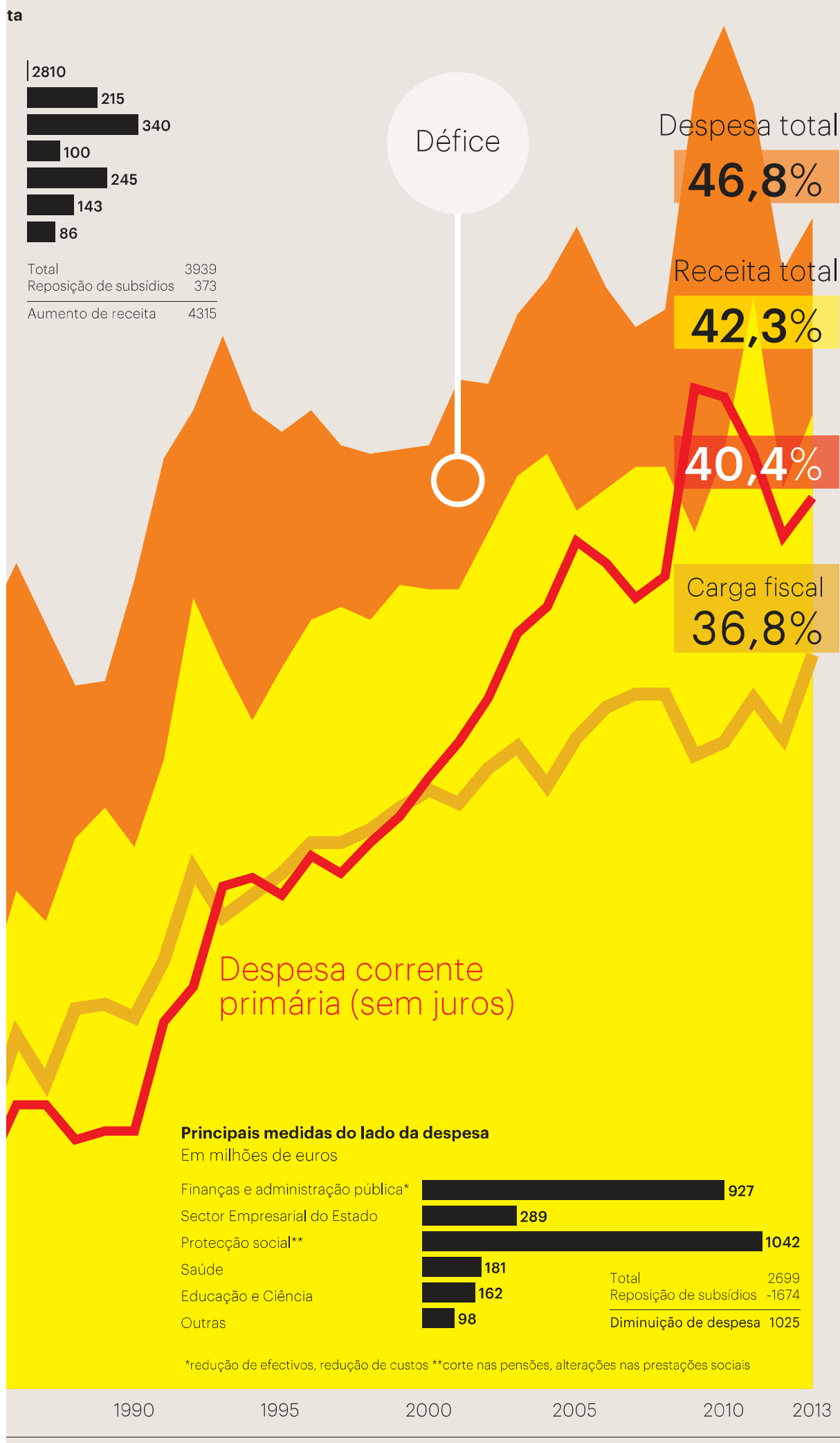
Varição homóloga em % para 2013

PIB	-1
Consumo privado	-2,2
Consumo público	-3,5
Investimento	-4,2
Exportações	3,6
Importações	-1,4
Taxa de desemprego*	16,4
Défice orçamental**	4,5

* Em % da população activa
** Em % do PIB



redução do défice



Austeridade arrisca furar previsões do Governo

Ana Rita Faria

Com dois anos de recessão às costas e prestes a ser atingida pela maior carga fiscal de sempre, a economia portuguesa vai conseguir resistir à tormenta em 2013 e cair apenas 1%. Esta é, pelo menos, a previsão central do Governo. Contudo, num ano em que a dimensão dos cortes que serão feitos no rendimento disponível dos portugueses é a maior desde 2011, o grande receio é que as previsões venham a revelar-se demasiado optimistas, pondo em causa a própria redução do défice.

Na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2013, ontem apresentada no Parlamento, o executivo confirmou o cenário macroeconómico divulgado no início do mês passado. A economia vai contrair 1% no próximo ano, puxada pelo desempenho negativo do consumo privado, do consumo público e do investimento. O primeiro indicador, que é aquele que mais contribui para o PIB, vai recuar 2,2%. Ambas as previsões são consideravelmente melhores do que as quedas registadas em 2011 e 2012. Isto apesar de o esforço que está a ser pedido aos portugueses ser maior.

Só do lado dos impostos, o Governo vai agravar a factura das famílias em mais de três mil milhões de euros, devido à subida do IRS e de outros impostos. A isso junta-se uma fatia de quase dois mil milhões em cortes na despesa que terão impacto directo nos bolsos dos portugueses – redução dos custos com pessoal no sector público e cortes nas pensões e outras prestações sociais. Mas, apesar deste esforço gigante, a perspectiva do Governo é que o consumo privado e a economia caia menos do que nos últimos dois anos.

Há algumas razões que podem explicar, pelo menos em parte, esta diferença. Em primeiro lugar, há um forte efeito de base, decorrente do facto de as famílias já terem cortado a fundo nos seus gastos desde 2011, o que tenderá a limitar a dimensão de novos cortes. Além disso, a taxa de desemprego sofreu um forte agravamento nos últimos dois anos. Só em

2012 ter-se-ão perdido cerca de 200 mil postos de trabalho e, em 2013, o executivo está a prever uma perda menor (de 80 mil). Mas, mesmo assim, o impacto que a nova dose de austeridade terá na economia pode estar subavaliado.

Riscos orçamentais

“A previsão de recessão do Governo peca por optimismo”, considera Paula Carvalho, economista do BPI. O departamento de estudos económicos do banco está a projectar uma contracção do PIB de 1,5% em 2013, visto que considera que as medidas propostas no OE terão um impacto mais pronunciado sobre o consumo privado e o investimento.

Além disso, a previsão do BPI para a taxa de desemprego é também mais negativa: 16,8%, em vez dos 16,4% previstos pelo Governo. Para Paula Carvalho, a projecção oficial não incorpora ainda a saída de funcionários do sector público contratados a prazo. “Aparentemente, a previsão do Governo pode pecar aqui também pelo optimismo”, conclui.

Se o cenário macroeconómico não se confirmar, a consequência é óbvia: tal como aconteceu este ano, as receitas fiscais e as receitas de contribuições para a Segurança Social ficarão abaixo do previsto, ao passo que as despesas – sobretudo com o subsídio de desemprego – irão aumentar. Só no IRS, o Governo está a contar com um aumento de 30,7% nas receitas. No IRC, mesmo com as empresas em dificuldades financeiras e a registar menos lucros, a expectativa de encaixe é de quase mais 4%. Até no IVA, que está este ano em forte derrapagem, há uma previsão de aumento de receita de 2,2%.

O próprio Governo, no relatório do OE, dedica algumas páginas à análise dos riscos das suas previsões e admite que, caso o consumo privado caia mais e agrave a recessão para os 2%, o défice ficará 0,4 pontos acima do previsto. Se o “desvio” vier da taxa de desemprego, o défice engorda 0,3 pontos. E se a crise do euro tiver um impacto inesperado nas exportações, o Governo teria de encontrar medidas equivalentes a 0,2 pontos do PIB para compensar o desvio face à meta.